

Regimento deverá ser aprovado hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O novo substitutivo ao projeto de Regimento Interno da Constituinte foi ontem à noite recebido com outra saravada de críticas, em plenário, mas deverá ser aprovado em sessão extraordinária a realizar-se hoje a partir das 10 horas da manhã — apesar dos protestos do PDT e do PDS. "Há um clima de grande acordo" — denunciou o deputado Brandão Monteiro (PDT), queixando-se de que o substitutivo "restringe a soberania" da Constituinte.

A sessão extraordinária para discussão do novo substitutivo iniciou-se às 20 horas e prosseguia até os últimos minutos de ontem. A intenção do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, era deixar acabar a lista de oradores, declarar encerrada a discussão e convocar outra sessão para hoje de manhã, para a votação da matéria. Atendendo a apelo seu, 30 constituintes haviam desistido de falar até às 21h30. Mas ainda havia vários outros inscritos.

Quase todos os que subiram à tribuna o fizeram para criticar o trabalho do relator, Fernando Henrique Cardoso. O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) começou assinalando ser impossível falar em apenas cinco minutos sobre um substitutivo que lhe chegara às mãos somente às 18h40. "Tivemos apenas 40 minutos para lê-lo. A verdade é que estamos pressionados, por incrível que pareça, pela proximidade do carnaval. O Regimento tem de estar aprovado até quinta-feira. Mas quem, dentre nós, honestamente, pode dizer que sabe o que está aqui? Se nos dispusermos a aceitar isto, sem ler, estaremos dando um cheque em branco."

Adilson Molitta (PDS-RS) secundou-o, dizendo que praticamente nada foi mudado, de um substitutivo para o outro. "Trata-se — acrescentou — de uma troca de entulhos." E

proveitou para condenar a intenção do presidente Sarney de influir na elaboração da futura Constituição, segundo notícia, disse, divulgada por O Estado de S. Paulo. "O jornal — assinalou — diz que Sarney quer influir e depois ir embora. Concordo com a segunda parte. Quanto à primeira, é uma intromissão indebita nos trabalhos da Constituinte."



Brandão Monteiro, que subiu à tribuna depois de uma série de desistências de oradores (27 não haviam atendido ao chamado da Mesa), declarou: "Ninguém mais quer falar. Os oradores já nem são ouvidos. Há um clima de grande acordo. Estão querendo votar e ir embora. É como dizia um humorista: 'Tadinho do povo'". Queixou-se de que não se iria poder reformar a atual Constituição, afirmando que o senador Fernando Henrique Cardoso "assinou um substitutivo para restringir a soberania da Constituinte". "Sou daqueles — completou — que já nem creem na Constituinte. Até me sinto tentado a deixá-la e dizer ao povo o que está acontecendo aqui."

Messias Góis (PFL-PI), um advogado do Piauí, afirmou que "esse regimento" envergonha a Constituinte. Outros constituintes criticaram pontos específicos do substitutivo, especialmente no que se refere aos direitos dos pequenos partidos e de cada um dos integrantes da Assembleia Nacional. Bonifácio de Andrada (PDS-MG), embora admitindo que "a segunda versão trouxe alterações para melhorar a primeira", disse que ela ainda não atende ao direito

de atuação isolada dos constituintes. "E o regimento, para nós — assinalou — é fundamental: se não tivermos normas que garantam nosso direito de atuar vamos ser um zero no plenário. Os líderes é que vão falar e tomar as decisões por nós."

Outro pedesista, Gerson Peres (PA), também reconheceu estar o novo substitutivo melhor que o anterior. A seu ver, "democratizou, por exemplo, o trabalho da Comissão de Sistematização". Mas "manteve as restrições em relação aos pequenos partidos". "Será que os integrantes dos pequenos partidos só vão poder dar um sopro no microfone e voltar para as suas cadeiras?" — perguntou. Para ele, o relator Fernando Henrique Cardoso lhe pareceu também "um pouco teimoso, ao insistir em manter no substitutivo um descabido preâmbulo".

José Elias Murad (PTB-MG) atacou o dispositivo que permite a 30 mil eleitores encaminharem propostas de emendas à futura Constituição. "Como vamos controlar essas assinaturas?" — perguntou. Vicente Bogo (PMDB-RS) defendeu a aprovação de emenda por ele proposta, para impedir a presença de "ex-parlamentares" no recinto das sessões. "Se já não há lugar aqui para os 559 constituintes, como vamos permitir que todos os ex-parlamentares, federais e estaduais, possam vir aqui para dentro também?"

Mas houve um deputado que aplaudiu o trabalho do relator, Ademir Andrade (PMDB-PA): "Aperfeiçoamentos enormes foram feitos no novo substitutivo".

ULYSSES DE FÉRIAS

Domingo de carnaval, logo após a sessão solene de instalação da nova legislatura do Congresso Nacional, o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, deixará Brasília até o dia 9 de março. Em princípio, pretende descansar no interior paulista.



Righi, do PTB, já é admitido na reunião dos líderes da Aliança Democrática com Ulysses

Henrique está com os "xiitas"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, defendeu ontem a posição do grupo pró-soberania sob o argumento de que foi fruto de solução negociada por ele próprio, pelo líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. Depois de recordar que se reuniu anteriormente com 21 dos 23 coordenadores das bancadas estaduais do PMDB na Câmara, Luiz Henrique afirmou que sua expectativa é de que a proposta seja aprovada pelo plenário até o final do dia de hoje, pois tem a preferência da maioria do partido.

Parlamentares "xiitas" e líderes dos moderados do PMDB não acreditam na aprovação da emenda do

PFL, alterando a definição de "projeto de decisão", no regimento interno da Constituinte, com o objetivo de evitar quaisquer medidas capazes de modificar a atual Carta. Se depender de boa parte da bancada do PMDB, com o apoio do PCB, PT, PDT, PC do B, PSB, deverá prevalecer a proposta da liderança do PDC apresentada pelo vice-líder José Maria Eymael (SP). "Nós apoiamos os partidos ideológicos nessa questão da soberania da Constituinte", esclareceu o líder Diqueira Campos.

DECISÃO EM PLENÁRIO

A emenda Eymael diz que projetos de decisões destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Constituinte, não compreendendo nas demais proposições, necessitando ter o apoio de um terço (180) dos constituintes. Serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sis-

tematização, no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, a decisão final.

A emenda do PDC retira a competência da Comissão de Sistematização de arquivar projeto de decisão se receber parecer contrário.

Ontem, no fundo do plenário, os deputados constituintes Antônio Brito (PMDB-RS) e José Maria Eymael (PDC-SP) discutiram a proposta do PFL — que teria o apoio do líder do governo, Carlos Sant'Anna, de alterar a redação do artigo 58, parágrafo 7º do substitutivo Fernando Henrique Cardoso, que define as atribuições do projeto de decisão. Com a concordância de vice-líder do PDC, Antônio Brito condenou a sugestão do PFL, de anular qualquer medida que pudesse modificar a Constituição vigente.

Muita conversa sem acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A manutenção do mesmo texto sobre o "projeto de decisão", que permite uma saída para emendar a atual Constituição com quórum reduzido da Assembleia Nacional Constituinte no segundo substitutivo do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao regimento interno, provocou inúmeras reuniões durante toda a tarde e começo da noite de ontem, mas não resolveu o impasse: PMDB e PFL foram a plenário com posições conflitantes para resolver no voto.

O novo substitutivo de Fernando Henrique Cardoso trouxe algumas inovações como a revogação das sessões secretas, devido à polêmica provocada, principalmente pelos pequenos partidos. Para evitar superpoderes para a Comissão de Sistematização, o relator restringiu às próprias oito comissões constitucionais temáticas a faculdade de, em cada área, dispor sobre as disposições gerais, transitórias e finais.

Uma pequena alteração introduzida pelo relator vai permitir mais claramente o funcionamento da Câmara e do Senado que passam a ter sessões em caráter extraordinário apenas "para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional". O PFL apegou-se a esse "relevante interesse nacional" para obstaculizar o entendimento. O confronto dos dois partidos da Aliança Democrática foi definido por Fernando Henrique Cardoso como "uma espécie de braço de ferro entre bancadas".

Para Fernando Henrique Cardoso o que está havendo é que os políticos "estão vendo muito fantasma no PMDB. Mas é bom que se repita que o PMDB tem uma tal maioria que se quisesse poderia até desestabilizar, porque ou o PMDB faz, comanda a transição democrática ou não temos transição democrática. Justamente por isso, é bom que fique claro, o PMDB não tem interesse em desestabilização".

Fernando Henrique Cardoso, citando exemplos, disse que um partido que dispõe de maioria absoluta pode fazer, sozinho, uma nova Constituição em uma semana. Por que o

PMDB não faz? "Porque o PMDB não é doído, tem que se acabar com esse fantasma de ver o que não existe." Ele disse que um dos motivos pelo qual retirou do substitutivo a possibilidade de sessão secreta foi devido "à paranóia criada com gente achando que se utilizaria a sessão secreta para votar emenda constitucional e até mandato presidencial".

No segundo parecer-substitutivo, o relator Fernando Henrique Cardoso foi mais liberal e diminuiu o quórum para pedido de verificação de quórum, adiamento de votação e questão de ordem para apenas 35 constituintes, mantendo o de 56 constituintes para a abertura de sessão e projeto para alteração do regimento, de um terço (187) para projetos de decisão e de maioria absoluta (280 constituintes) para a votação de emendas constitucionais ao projeto da nova Constituição.

No capítulo das inviolabilidades constitucionais, Fernando Henrique Cardoso garante a imunidade do constituinte no exercício das funções do mandato, o que garantirá o constituinte mesmo fora da sede do Congresso Nacional, onde está reunida a Constituinte, por suas opiniões, palavras e votos, salvo em flagrante delito de crime inafiançável.

Uma das inovações propostas pelo relator no segundo substitutivo refere-se ao projeto de resolução que vise regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária, que poderá ser apresentado no prazo de dez dias contados da publicação dos avisos do projeto da Constituição. Com isso, garantiu o relator, apenas se apresentarem normas (que serão posteriormente definidas) para garantir ao constituinte a possibilidade de propor o plebiscito, pois a decisão própria do plebiscito, entende Fernando Henrique Cardoso, caberá à Assembleia Constituinte.

Fernando Henrique manteve o princípio de que o cidadão também pode propor projetos à Constituição, desde que sejam, no mínimo, 30 mil, representados por pelo menos três entidades organizadas. Cada cidadão somente poderá subscrever três projetos, no máximo e no período de 30 dias a contar do prazo aberto de início efetivo das comissões técnicas.

Ulysses quer líder "no voto"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas ou Luiz Henrique. Um deles será o líder do PMDB na Constituinte, segundo revelou ontem o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que pretende uma solução de consenso. Se não conseguir, ele buscará o processo que considera tão democrático quanto o primeiro: "no voto".

O deputado Luiz Henrique já comunicou que é candidato ao cargo seja qual for o sistema de indicação. Ao mesmo tempo, setores do PMDB articulam para que a liderança do partido na Constituinte seja exercida através do rodízio dos atuais líderes na Câmara e no Senado — Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo ressaltando "as grandes qualidades" de Mário Covas, os peemedebistas observam que sua escolha representaria "mais um paulista no comando". Ontem, Ulysses Guimarães negou, enfático, que esteja trabalhando contra a candidatura de Covas: "Quem está dizendo isso não me conhece. Eu não vou abandonar minha posição de isenção, imposta pelo cargo que exerce, numa questão como essa", disse. Depois, ele frisou que a liderança do PMDB na Constituinte só deverá merecer a

atenção especial do partido após a aprovação do regimento Interno da Assembleia: "Sem o regimento, nada tem importância".

Apesar de Ulysses Guimarães reafirmar sua posição de neutralidade, muitos peemedebistas acreditam que o presidente do partido prefere o sistema de rodízio entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique na função de líder na Constituinte. Eles se baseiam no fato de Ulysses estar "muito aborrecido" com Mário Covas e com José Richa, pela insistência dos dois senadores em defender seu afastamento da presidência do partido.

Efetivando o rodízio dos atuais líderes na Câmara e no Senado, Ulysses estaria também favorecendo a indicação do deputado Pimenta da Veiga como relator da poderosa Comissão de Sistematização. Em princípio, o órgão terá a atribuição de elaborar o preâmbulo, as normas gerais e as disposições transitórias e finais da nova Constituição.

Além do PMDB, ainda não indicaram seus líderes na Constituinte o PDT, o PL e o PT. Ontem, o PDS escolheu Amaral Neto para a função, que acumulará com a liderança na Câmara. O PFL indicou o deputado José Lourenço; Roberto Freire será o líder do PCB, Henrique Lima do PC do B, Jamil Haddad do PSB e Antônio Farias do PMB.